

Ecoeficiência e governo de condutas pela moral ambiental

A busca de uma maior eficiência na produtividade, no início do século XIX, levou ao desenvolvimento da Termodinâmica. O engenheiro militar francês Nicolas Sadi Carnot, pensando no progresso militar e econômico de seu país, equacionou a relação entre o trabalho e o calor (energia térmica) despendidos para o melhor aproveitamento na produção. (BRAGA, p. 5) Foi a partir de seus estudos que se estabeleceu o conceito de *eficiência* (η), em que esta é definida pelo resultado do trabalho (W) sobre a energia (Q) despendida.

$$\eta \equiv \frac{W}{Q}$$

Uma vez que a termodinâmica determina que nenhuma energia se perde, apenas se transforma, e que, em qualquer transformação de energia em trabalho há um tanto que não é utilizada, o objetivo desta ciência era possibilitar um melhor aproveitamento na produção, transformando a maior quantidade possível de energia em trabalho útil. Estava em questão o trabalho mecânico em que os corpos de trabalhadores deveriam se adaptar também ao melhor funcionamento das máquinas. Aprimorar esse funcionamento, portanto, respondia aos impulsos econômicos de uma burguesia guiada pela lógica do crescente capitalismo.

O investimento na maior eficiência de máquinas para a produção desconsiderava a situação dos corpos trabalhadores, na medida em que a única função destes era perpetuar esse funcionamento com o mínimo de atrito. A lógica desta produção, a lógica deste capitalismo, mostrava-se parasitária, na medida em que sugava a energia e a força física para utilidade própria.

A situação que se impunha aos trabalhadores para a benesse de produtores e industriais, como utilização de mão de obra de mulheres e

crianças, turnos de 18hs diárias, insalubridades nas fábricas, aplicação de castigos físicos, etc., impulsionou uma série de revoltas que explodiram em boicotes, sabotagens¹, organizações em sindicatos e greves gerais, entre outros.

No Brasil, especialmente em São Paulo, o início do século XX foi marcado por grandes revoltas, entre elas a Greve Geral de 1917, de forte influência anarquista, contra a exploração sofrida nas fábricas e contra a lógica que guiava não somente as relações de trabalho, mas que atingia a vida de cada um². A paralisação se deu a partir de encontros nos próprios locais de trabalho e na divulgação da imprensa libertária ou socialista. Diante da extração de docilidade política e utilidade econômica na sociedade disciplinar, como estudou Michel Foucault, os sindicatos, neste momento, constituíam a unidade política das ilegalidades populares e dispensavam mediações.

Se por um lado, o trabalho nas fábricas destruía o corpo de homens, mulheres e crianças, por outro lado, a vida política ganhava força na recusa e na saúde daqueles que não se dispunham a serem servos de industriais, governos ou quaisquer outras autoridades.

Aos poucos, os industriais se viram obrigados a adaptar as situações de trabalho, de modo a garantir a continuidade da produção.

Pedro Catallo, sapateiro anarquista que tomou parte nas revoltas anarquistas do começo do século XX em São Paulo, relata a morte de um menino de 12 anos que, esgotado do trabalho na fábrica, acabou sendo esquecido dormindo por entre fardos de aniagem e reduzido a retalhos de carne humana pelos cães de guarda noturnos. A tragédia traduziu-se e protesto por milhares de trabalhadores. Pouco tempo depois, outro menino teve o mesmo fim na mesma fábrica. “Só depois disso”, afirma Catallo, “é que os

¹ A palavra *sabot* que deu origem ao termo *sabotagem* provém das práticas ludistas de pararem as máquinas usando os próprios tamancos (*sabot* em francês).

² Ver: Cristina R. Lopreato. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2000; Pedro Catallo. “Subsídios para a história do movimento social no Brasil” in *Verve*. São Paulo, Nu-Sol, v. 11, 2007, pp. 11-48.

donos daquela tétrica fábrica resolveram retirar os cachorros, preferindo continuar com a exploração de menores” (CATALLO, 2007: 14).

Um dos efeitos pacificadores destas revoltas, foi a resposta em novas leis que deveriam garantir os direitos de produtores e trabalhadores, sem afetar de forma significativa a eficiência da produtividade.

A partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, os movimentos de trabalhadores marcados pela espontaneidade passaram a centralizar suas ações com a mediação de sindicatos. Em pouco tempo, as questões trabalhistas tornaram-se pontos de negociação entre sindicatos hierarquizados e empregadores.

Em pleno Estado Novo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inspirada na *Carta del Lavoro*, do governo fascista italiano de Benito Mussolini, corroborou com o apaziguamento dos movimentos de trabalhadores. Desde então, a questão do trabalho resumiu-se, cada vez mais, a uma questão de direitos.

Além da solução do Estado liberal, algumas forças de lutas acabaram tragadas em nome da Revolução Comunista, justificando os trabalhos forçados nos campos de concentração soviéticos.

Além dos efeitos sobre os corpos de cada um, a crescente industrialização sob a lógica da produtividade capitalista começou a mostrar também os seus efeitos devastadores sobre o planeta.

Em 1852 o químico escocês, Robert Angus Smith, publicou os resultados de sua pesquisa de mais de 20 anos sobre a chuva e a contaminação atmosférica, cunhando o termo *chuva ácida*, em que descrevia as precipitações que ocorreram em Manchester, cidade Industrial na Inglaterra. Angus Smith é considerado, por este estudo, um dos pioneiros na pesquisa ambiental.

Reviravolta ambiental

No final da década de 1960 um certo pensamento ecológico destacou-se a partir de um questionamento das práticas de vida, em todos os seus âmbitos. A ecologia, enquanto uma relação entre o homem e a natureza, da qual ele faz parte, passou a ter grande ênfase juntamente com as experimentações de um modo de vida mais livre, a partir de outras relações de trabalho, outras relações amorosas, outras maneiras, enfim, de se relacionar com a vida.

Aparentemente, muita gente envolvida nesse acontecimento vendeu barato suas experimentações, em troca de um aumento de salário, um cargo no governo, uma promoção profissional, um novo nicho econômico, etc.

Paralelamente, decorrente dos grandes acordos internacionais lançados a partir do fim da segunda guerra, figuras ilustres se reuniam para debater os rumos da humanidade. Em 1972 o Clube de Roma³ publicou um relatório, elaborado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), intitulado *Os limites do crescimento*, em que traçava um destino catastrófico para a humanidade caso se mantivessem os mesmo níveis de produção e consumo. 1972 foi também o ano em que a ONU inaugurou a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”.

Diante do problema colocado surgiram diversas propostas. Entre elas, aquela que teve maior visibilidade no âmbito internacional alertava ser necessário diminuir, ou mesmo parar, a produção e o consumo, de modo a preservar o planeta. Tal proposta despertou um grande interesse de empresários e industriais em encontrar uma forma de garantir a continuidade desta produção. Aparentemente, existia nesse momento um forte apelo dos chamados países em desenvolvimento, cuja limitação de produção pela indústria significaria um estancamento econômico,⁴ precisamente na época em

³ <http://www.clubofrome.org>

⁴ Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Estocolmo;
<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/conferencia-de-estocolmo/>

que países como o Brasil – sob regime ditatorial – investiam no crescimento industrial.⁵

Em 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega na época, buscava com este relatório traçar propostas ditas “realistas” para a cooperação dos países na preservação ambiental. Deste ponto em diante, o termo *desenvolvimento sustentável* vem dar vazão às questões que concernem tanto ao desenvolvimento econômico quanto a preservação ambiental (BRUNDTLAND, 1991). A comissão para realização do relatório passou a ser constituída, em sua maioria, por representantes dos chamados países em desenvolvimento, "necessitávamos de ampla participação e de uma clara maioria de membros de países em desenvolvimento" (idem: XIV), declara Brundtland ao ressaltar o importante vínculo entre a pobreza, desigualdade e deterioração ambiental.

A próxima conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), aconteceria no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como a Cúpula da Terra ou ECO-92. Diferente da Conferência em Estocolmo (cuja presença maciça era de chefes de Estado) esta contou com representantes de indústrias, empresas e organizações. Nesta conferência um dos principais objetivos foi pensar meios para aliar o desenvolvimento social e econômico dos chamados países em desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, destacando assim a participação do conselho de empresários e industriais formado para esta conferência. A participação de ONGs nesta conferência restringiu-se às discussões, estas não podiam deliberar nada, mas tiveram um papel fiscalizador, segundo os organizadores.

⁵ <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ditadura-militar/economia-na-ditadura-militar.php>

A década de 1990, portanto, ficou marcada, por pelo menos duas novidades no âmbito das discussões acerca dos problemas ambientais: a inserção mais efetiva do empresariado e implementação, de forma mais abrangente, da idéia de *desenvolvimento sustentável*. O conceito passa a ser amplamente divulgado em umas das mais notadas conferência da ONU, na atualidade, a Eco-92, ou Cúpula da Terra.

Houve uma série de reuniões nos dois anos que precediam a reunião da Cúpula da Terra. Neste período, o conselho empresarial criou um novo conceito que pudesse representá-lo na questão do meio-ambiente. O conceito criado foi *Ecoeficiência*.

Segundo Schmidheiny, um dos principais nomes ligados a este conselho e responsável pela escolha do conceito, 'eco' se refere ao mesmo tempo à economia e ecologia, enquanto que 'eficiência' seria um denominador comum com relação ao crescimento econômico. Schmidheiny expõe o termo *ecoficiência* enquanto uma dimensão *ética* do desenvolvimento econômico, enfatizando que diante de uma maior liberdade econômica, a responsabilidade se torna mais necessária para as empresas.

Stephan Schimidheiny e o amianto

Stephan Schimidheiny, filho de um empresário na Suíça, trabalhou em uma fábrica da Eternit (empresa de sua família) no Brasil, e depois passou a gerir esta empresa na Suíça. A discussão dos malefícios ou benefícios do amianto – material largamente utilizado em sua indústria – o levou a assumir transformações drásticas com o corte do material. Ainda assim, não ficou livre da crítica na grande mídia, chegando a estampar – como vilão – as primeiras páginas de jornais, segundo o próprio Schmidheiny. Isso marcou sua entrada no campo do chamado 'desenvolvimento sustentável'. Em sua bibliografia, relata que o que o motivara a abrir mão do uso do amianto fora, na verdade, a

sua experiência na fábrica do Brasil, onde carregava sacos com esse produto e que, frequentemente, ele próprio se encontrava coberto pelo pó do amianto.

Na década de 1990, começou a proferir palestras, também em universidades, sobre desenvolvimento econômico e preocupação ambiental (suas palestras estão disponíveis no seu site).

Responsabilidade e sustentabilidade empresarial

As discussões em torno do meio ambiente são pauta obrigatória no ambiente empresarial. Para além das responsabilidades legais, as empresas são cobradas a atuar de maneira responsável em relação aos efeitos diretos ou indiretos sobre o meio ambiente. Além disso, colocada a questão da pobreza como ponto fundamental – um dos temas centrais da Rio+20 neste ano de 2012 – e os direitos de minoria como essenciais, na medida em que a participação de todos torna-se necessária no discurso para um futuro melhor, as condições dos trabalhadores também somam às obrigações das grandes empresas.

Apresento aqui dois artigos que apresentam uma perspectiva comum ao discurso empresarial hoje. Em um artigo intitulado “Where are the limits to business responsibility?”⁶[Quais os limites da responsabilidade ambiental], disponível no *Guardian Sustainable Business*⁷, Oliver Balch coloca a questão de até onde as empresas devem ser responsabilizadas pelos “efeitos indiretos” de seus empreendimentos.

⁶ Oliver Balch. “Where are the limits to business responsibility?” in *Guardian Sustainable Business*. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/oliver-balch-limits-business-responsibility?CMP=> (consultado em 6/7/2012)

⁷ O *Guardian Sustainable Business* é um setor de notícias voltado para divulgar, discutir e ressaltar práticas sustentáveis no campo dos negócios. Disponível na internet, está dentro da rede do jornal britânico *The Guardian*. Segundo o próprio site, o *Guardian Sustainable Business* tem como papel demonstrar o comprometimento do *The Guardian* em “aumentar a capacidade da sociedade de construir um futuro sustentável” (“(...) enhancing society's ability to build a sustainable future”). Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/about-guardian-sustainable-business> (consultado em: 6/7/2012)..

Por um lado, Balch coloca a questão se, por exemplo, um supermercado deveria ser responsabilizado pelo gás emitido pelo carro de seu cliente quando vai às compras. Por outro lado, reconhece que a responsabilidade de uma empresa, hoje, vai para além de seus muros. Citando um especialista de uma grande empresa de consultoria, Balch apresenta a seguinte questão “Não interessa se a empresa esta de acordo com as normas legais. Ela ainda terá um problema de reputação”.⁸

Mais adiante, no mesmo artigo, Balch ainda traz a questão da “conduta do consumidor”. Segundo ele, não basta incentivar os consumidores a não-consumir, é preciso encontrar soluções criativas para o que colocam, além de pensar de que maneiras incentivá-los a mudar os próprios hábitos de consumo em suas próprias casas, empregos, etc.

Em outro artigo, no mesmo site, “Business is better when it has values at its core”⁹[Negócios são melhores quando guiados por valores], Karen Mattison¹⁰ defende que acreditar nos valores sociais de uma empresa, dar o sangue, assumir a causa humanitária com paixão, é o que faz, de fato, uma empresa prosperar. Tomando a própria empresa, *TimeWise*, como exemplo, acrescenta ainda que: “(...) nossos valores armaram nossos negócios, fazendo-o mais forte e mais resiliente, permitindo que prosperemos mesmo em tempos difíceis. (...) Um empreendedor social é o tipo de pessoa que fica acordado até tarde, pensando em como fazer as coisas melhores. Há mais luta e mais paixão – porque realmente se acredita na missão e em como isso pode ajudar os

⁸ "It doesn't really matter that you're legally compliant. You're still going to have a reputational issue." Balch, op. cit.

⁹ Karen Mattison. “Business is better when it has values at its core” in *Guardian Sustainable Business*. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/business-better-values-core-resilience?CMP=> (consultado em: 6/7/2012).

¹⁰ Fundadora da *TimeWise*, empresa especializada em unir empregados que buscam uma atividade temporária qualificada e empresas com essa demanda. (<http://www.timewisejobs.co.uk/>)

outros”¹¹. Além do que, essa visão social de uma empresa, atrairia empregados com a mesma visão e paixão.

Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida

Se comparada com as jornadas de 18 horas no interior das fábricas, a higiene precária, escassas garantias, nenhum direito, etc., a atual conformação do trabalho nos soa como um grande passo evolutivo para uma vida com mais qualidade.

Da mesma maneira, o investimento em tecnologias “mais limpas” parece direcionar as empresas e o consumo para um uso mais consciente e menos prejudicial ao planeta.

A tendência mais flexível e “humanitária” de empresas hoje parece ser incontestavelmente mais salutar e agradável. Um emprego realizado com mais prazer é o sonho de todo grande empreendedor humanitário. Hoje, a moral ambiental, não é exclusiva ao meio ambiente, mas relaciona-se a uma série de condutas ligadas a uma responsabilidade com os planetas e seus habitantes. No ambiente de trabalho esta moral, respalda a necessidade de bem estar do funcionário, renomeado como colaborador, que deve estar satisfeito e feliz no local onde trabalha.

Na atual configuração do governo das condutas na chamada sociedade de controle, cada sujeito é convocado a investir em si em nome de sua boa saúde, sucesso e preservação do planeta, sem desprender-se de um lucrativo desenvolvimento econômico. Diante desta questão planetária, empresas, empreendedores, ativistas, ONGs e etc., competem – complementando-se – entre formas mais eficientes de colocar em prática estes novos valores universais. Liberais empreendedores com “visão de futuro” se destacam ao

¹¹ “(...) our values have armour plated our business, making it stronger and more resilient, so that we can flourish in difficult economic times. (...) A social entrepreneur is the kind of person who stays up at night, consumed by how they can do something better. You have more fight and more passion – because you believe fully in your mission and how it can help others.” Karen Mattison, op. cit.

incentivarem e investirem em participações, no uso da criatividade e na disseminação de condutas mais eficientes.

No local de trabalho, cada funcionário, agora compreendido como colaborador da empresa, deve engajar-se pelos valores da mesma. Diferente do que colocavam as lutas do início do século XIX, cada trabalhador deve trabalhar em prol do sucesso da empresa, na medida em que o mesmo significa seu próprio sucesso. Coloca-se que não há mais oposição entre empregadores e empregados, uma vez que estar de acordo com os valores de uma empresa, *vestir a sua camisa*, é – no geral – estar de acordo com essa nova moral regida pelo cuidado com o meio ambiente e com a qualidade de vida.

O trabalho mecânico dá lugar ao trabalho intelectual. A energia ansiada não é mais extraída do calor do corpo, mas da potência intelectual. O trabalho útil, ponto de preocupação da eficiência termodinâmica, não é mais extraído do calor mecânico. A eficiência mecânica ganha uma aura humanitária com o prefixo eco (ecoeficiência).

A ecoeficiência se constitui para além da responsabilidade ambiental e da reputação empresarial. Sua eficiência está na convergência de ânsias e desejos de cada um, em nome de um futuro comum mais sustentável, cuja prática apenas garante o funcionamento parasitário do capitalismo. O humanismo, portanto, sustenta o capitalismo apropriando-se do espaço e de lutas políticas. Diante da vida morna em calor dosado, cada um escolhe fazer de si um parasita humanitário.

Bibliografia:

BALCH, Oliver. "Where are the limits to business responsibility?" in *Guardian Sustainable Business*. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/oliver-balch-limits-business-responsibility?CMP=> (consultado em 6/7/2012)

BRAGA, Washington. *A Segunda Lei Termodinamica.* (, p. 5)

BRUNDTLAND, G. H. (org.). *Nosso futuro comum.* 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991.

CATALLO, PEDRO. "SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL" IN *VERVE.* SÃO PAULO, NU-SOL, V. 11, 2007, PP. 11-48.

LOPREATO, Cristina R.. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.* São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2000.

MATTISON, Karen. "Business is better when it has values at its core" in *Guardian Sustainable Business.* Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/business-better-values-core-resilience?CMP=> (consultado em: 6/7/2012).